
LITERATURA ENQUANTO CIÊNCIA - O TERRITÓRIO DA PESQUISA

Literature as science - the territory of research

Regina Zilberman¹

RESUMO: O presente estudo objetiva problematizar a literatura como campo do conhecimento, espaço epistemológico e objeto de estudos científicos. Para tanto, discorre-se sobre o processo de construção da ciência e, por conseguinte, das diferentes diretrizes teóricas que, ao longo do tempo e da história, debruçaram-se sobre o texto artístico em suas mais diferentes vertentes e concepções. Em linhas gerais, o artigo aponta para a literatura em sua interface com a pesquisa, desvendando para o leitor, como a escritura estética migra do âmbito da criação para o da ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Conhecimento; Pesquisa.

ABSTRACT: This paper aims to problematize literature as a field, an epistemological space, and an object of scientific study. To this end, it discusses the construction of science and, consequently, the different theoretical guidelines that, throughout time and history, have focused on literary text in its most diverse aspects and conceptions. The article generally points to literature intertwined with research, revealing how aesthetic writing migrates from creation's scope to science.

KEYWORDS: Literature; Knowledge; Research.

1. AS ÁREAS DE CONHECIMENTO E O LUGAR DA LITERATURA

CNPq e CAPES, agências federais de incentivo à pesquisa e à formação de recursos humanos, consideram a Literatura uma área de avaliação. Figura ao lado da Linguística e faz parte da chamada Grande Área, ocupada pela Linguística, Letras e Artes. Agências estaduais que cumprem papel similar, como FAPESP, FAPERJ, FAPEMIG ou FAPERGS adotam as tabelas propostas em nível nacional.

Reproduzem-se a seguir as denominações das chamadas Grande Área e Área de Avaliação:

¹ Professora associada do Instituto de Letras, da UFRGS, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Letras.

Grande área: Linguística, Letras e Artes

Área de avaliação: Linguística e Literatura

Constituem as chamadas subáreas, nas duas áreas de avaliação:

a) Subáreas de Linguística: Teoria e Análise Linguística; Fisiologia da Linguagem; Linguística Histórica; Sociolinguística e Dialetoлогия; Psicolinguística; Linguística Aplicada.

b) Subáreas de Letras (e não, frise-se, de Literatura, como seria de se esperar, considerando a denominação das chamadas áreas de avaliação): Língua Portuguesa; Línguas Estrangeiras Modernas; Línguas Clássicas; Línguas Indígenas; Teoria Literária; Literatura Brasileira; Outras Literaturas Vernáculas; Literaturas Estrangeiras Modernas; Literaturas Clássicas; Literatura Comparada.

Duas constatações impõem-se, levando em conta que Letras engloba subáreas como Língua Portuguesa, Línguas Clássicas e Línguas Indígenas:

a) A subárea de Linguística rejeita o estudo das línguas como parte do saber habilitado a se apresentar enquanto objeto de pesquisa;

b) A subárea de Literatura é substituída pela denominação Letras, porque lhe cabe acolher as investigações relacionadas a questões de Língua, excluídas da subárea de Linguística.

O caráter difuso dos conceitos de Letras e Literatura repercutem sobre as possibilidades de pesquisa, sobretudo quando se trata de investigações no âmbito das línguas. Por sua vez, a hibridização conceitual vem acompanhada de um bônus e um ônus: o ganho diz respeito ao incentivo a averiguações capazes de abrigar um escopo maior de temas, extravasando os limites dos estudos literários. O ônus não se descola do bônus, porque o alargamento das possibilidades pode provocar insegurança quanto à natureza particular dos objetos examinados, que acabam por se mostrar difusos e indeterminados.

2. ESTUDAR LITERATURA E FAZER CIÊNCIA

Os estudos literários e linguísticos datam da Antiguidade helênica, sendo acolhidos por designações distintas: a Poética dava conta da poesia, discriminada segundo suas espécies, como propõe Aristóteles (1966), enquanto a Retórica se ocupava da emissão da mensagem ou, como descreve Roland Barthes, “estuda principalmente a concepção dos argumentos enquanto depender do orador, de sua adaptação ao público, e isto segundo os três gêneros reconhecidos do discurso (judiciário, deliberativo, epidítico).” (BARTHES, 1974, p. 17).

Na modernidade, coube à Estética assumir a paternidade dos estudos sobre poesia, agora denominada literatura, e entendida como criação e expressão do belo ou do sublime, como sugere o título da obra de Immanuel Kant, de 1747. A Filosofia da Arte e, mais adiante, a Teoria da Literatura não duvidaram desses vínculos, ainda que deixem um legado para os pensadores contemporâneos, a quem cabe definir ou descrever o que é efetivamente o valor estético ou o valor literário.

Assim, ainda que seja complexa a conexão entre as criações literárias e as teorias do valor, parece haver um certo consenso relativamente a seu funcionamento. Mais controversos são os vínculos entre Literatura e Ciência; afinal, ela não lida com postulados, como a Física, com teoremas, como a Matemática, ou com testes ou experiências, como a Química ou a Biologia.

Uma ciência produz um saber a partir da formulação de hipóteses, investigação e comprovação, mesmo quando se trata de aspectos puramente teóricos, como faz a Filosofia. Da sua parte, a literatura, ou, em seus começos no Ocidente, a poesia, produz um mundo imaginário a partir de capacidade de invenção de quem o gerou. É certo que os objetos literários, e por extensão, os artísticos propõem um conhecimento sobre o mundo imaginário resultante da fantasia; aquele conhecimento, porém, diz respeito tão somente ao que foi concebido pelo artista ou autor. Por essa razão, Aristóteles, no nono capítulo da *Poética*, restringe a poesia ao “que poderia acontecer”, isto é, o “possível segundo a verossimilhança e a necessidade” (ARISTÓTELES, 1966, p. 78). A poesia pode mostrar-se “algo de mais filosófico e mais sério do que a história”, mas não é a filosofia. Cabe a essa “adquirir o conhecimento das causas originais” – “os primeiros princípios e causas”, o que a faz uma ciência, como propõe Aristóteles, agora na *Metafísica* (ARISTÓTELES, 1969, p. 38).

É quando a literatura se pergunta sobre “as causas originais” ou os “primeiros princípios” que ela migra do âmbito da criação para o da ciência. Essa mudança determina uma alteração no tipo de discurso: não se trata mais de um discurso com conteúdo imaginário ou fantástico, mas um discurso sobre este discurso – um metadiscurso.

A literatura, agora acomodada entre as áreas de conhecimento, constitui-se, pois, um discurso de segundo grau, apresentando-se como metalinguagem, por inferência, uma literatura de segundo grau². Na nova situação, torna-se possível reproduzir o procedimento padrão da pesquisa,

² A noção de que a literatura enquanto área de conhecimento corresponde a um discurso de segundo grau ou metadiscurso pode ser equiparada ao conceito de *metahistória* proposto por Hayden White (1992).

antes sumariado:

- *formulação de hipóteses* relativamente a um objeto, este sendo uma obra de natureza artística ou pertencente ao sistema das Artes. A hipótese toma o formato de uma pergunta, cuja resposta supõe uma busca, conhecida como:

- *investigação*. Para que essa se efetive, cabe escolher uma metodologia, que, da sua parte, carece de uma base teórica, situada na área de conhecimento previamente de-finida como pertencente ao campo literário ou artístico, mas não necessariamente. A in-vestigação é, em tese, teleológica, porque supõe uma finalidade a alcançar, qual seja,

- *comprovação* das hipóteses iniciais, que correspondem à resposta à pergunta formulada.

Este percurso – hipótese / investigação / comprovação – é o que particulariza a pesquisa científica, ainda que variações sejam possíveis. Contudo, sem a enunciação de uma hipótese, o trabalho de pesquisa não progride; por sua vez, essa enunciação não pre-cisa necessariamente se apresentar como questão, que é um processo interrogativo, mas como tema, que é um processo assertivo.

De todo modo, cabe deixar claro que um único termo – Literatura – recobre significados sobrepostos, aludindo, de uma parte, a uma obra de natureza criativa, fruto de um imaginário, de outra, a uma obra de tipo argumentativo, resultante de experiências ou conjeturas, mas, de todo modo, expresso de forma expositiva. Os efeitos de cada um dos produtos podem não se diferenciar – afinal, ambos precisam ser verossímeis e convincentes; mas os gêneros de discurso diferem, assim como o modo de comprometimento pessoal: o da literatura de primeiro grau supõe o envolvimento emocional, a identificação, o gosto; o da literatura de segundo grau, o raciocínio, o intelecto, a razão.

Ainda que a literatura, sob a denominação de poesia, tenha sido matéria de reflexão desde a Antiguidade, de que são exemplos a mencionada *Poética*, de Aristóteles, ou a *República*, de Platão, ambas do século IV a. C., ela veio a constituir uma área de conhecimento apenas a partir do século XVIII. Com efeito, o processo de aceitação de que a literatura pode ser objeto de pesquisa científica e de que esse exercício configura a literatura enquanto ciência realiza-se historicamente a partir do Iluminismo.

A valorização da ciência e da pesquisa científica manifesta-se desde o século XVII, na sequência da chamada Revolução Copernicana, que põe em xeque a visão de mundo geocêntrica, formulada por Ptolomeu e herdada da Antiguidade. O heliocentrismo não significou apenas a transposição, para o plano da Astronomia, do antropocentrismo renascentista, mas a derrubada de uma trajetória histórica de descrição do universo

comandada pela Igreja e pela Teologia. Ainda que o livro de Nicolau Copérnico, *A revolução dos corpos celestes*, de 1543, tenha sido contestado pelas descobertas de Galileu Galilei e de Johannes Kepler, a mudança estava concretizada: essas pessoas eram cientistas, e suas ideias provinham de suas pesquisas e experiências, sendo Isaac Newton o grande expoente da transformação intelectual.

Também o Racionalismo expande-se a partir do século XVII, sendo um de seus pontos de partida o *Discurso sobre o método*, de 1637, de René Descartes, que posicionou o *cogito*, isto é, o pensar, como ponto de partida do ser. Vale destacar igualmente, como corrente intelectual emergente no século XVII, com efeitos no século seguinte, o Empirismo inglês, que destaca o papel da experiência como base de uma teoria do conhecimento, contribuindo para o enfraquecimento das teses teológicas e para a valorização da pesquisa científica no sentido de construção de um saber sobre o real.

A chamada Revolução Científica e o Racionalismo não afetaram apenas as investigações no âmbito da Física, da Matemática e da Filosofia. Quando apresentou sua *Ciência Nova*, primeiramente em 1725 e, depois revisada, em 1774, Giambattista Vico trouxe o tema para o âmbito da História. Espécie de relato nascido entre os gregos com Heródoto e Tucídides e apropriado pelos romanos Tito Lívio e Tácito, a História era considerada um gênero retórico, mas não uma forma de fazer ciência. Vico altera essa posição, ao propor "o estudo da *história*, tendo como objeto o curso das modificações ocorridas nas mentes dos homens e como método a compreensão imaginativa." (FIKER, 1994, p. 10. Sublinha do A.).

Igualmente os objetos artísticos constituem conteúdo de uma ciência, que, no começo do século XVIII, toma o nome de Estética, como recomenda Alexander Gottlieb Baumgarten entre 1750 e 1758. Conforme Baumgarten, a Estética, correspondendo à Ciência do Belo, separa-se das outras seções da Filosofia, o que o leva a teorizar especificamente sobre aquele objeto. Da sua parte, Imanuel Kant, na *Crítica da faculdade do juízo*, reintegra a Estética à Filosofia, considerando o Belo "o que apraz no simples ajuizamento [...]. Disso resulta espontaneamente que ele tem de comprazer sem nenhum interesse" (KANT, 1995, p. 114). Assim, o Belo é "forma final de um objeto sem representação de fim. Quem dizer, o Belo é autotélico, possui finalidade própria" (BASTOS, 1987, p. 179):

Esta "finalidade sem fim" significa que um objeto é julgado como belo quando seus elementos se encontram, com respeito ao todo, na mesma relação que as partes de um organismo com respeito à sua totalidade, ou dos meios com

respeito ao fim, mas sem que esta adaptação seja considerada como servindo em realidade a nenhum fim, quer utilitário, quer moral. (BASTOS, 1987, p. 180).

A concepção kantiana confere características ao Belo – cuja materialização mais apropriada dar-se-á no objeto artístico – que extrapolam seu lugar no âmbito da Filosofia. Ao considerá-lo “finalidade sem fim” e afirmar que ele deve ser julgado a partir da relação de suas partes com a totalidade, expressa a autossuficiência do objeto onde aparece, libertando-o, de certo modo, dos campos adjacentes dos quais poderia depender.

O estabelecimento de um campo próprio de investigação ocupado pelos entes artísticos, dada sua natureza diferenciada, determinou reflexões que examinam os gêneros criativos a partir de sua identidade em separado ou em comparação dessas identidades, ainda, porém, dentro do âmbito estreito do sistema delimitado pela Estética. O *Laoconte* (1766), de Gotthold Ephraim Lessing, estrutura-se a partir do cotejo entre as artes plásticas (em especial, a pintura) e a poesia, procurando classificar uma em relação à outra. Conclui que “a pintura não é temporal nem sucessiva, e representa corpos”, enquanto que a poesia “é sucessiva e representa ações”: “desta forma, para representar as ações, a pintura deve fixá-las em um momento privilegiado; para representar os corpos, a poesia, por sua vez, deve descrevê-los através de ações.” (BASTOS, 1987, p. 166). Lessing, portanto, opõe-se à noção clássica, formulada por Horácio em sua *Arte poética*, que estabelece a similaridade entre a poesia e a pintura, sintetizada no princípio *Ut pictura poiesis*, segundo o qual a poesia é a pintura que fala. Ao priorizar a arte sucessiva (WIEG-MANN, 1977, p. 76), isto é, a poesia, ele atribui a esse último estatuto superior face à pintura.

A perspectiva histórica, ausente nas conceituações de Kant e de Lessing, aparece, sobretudo, nos estudos de Johann Gottfried von Herder, que busca restaurar a poesia popular em *Volkslieder* (Canções do povo), de 1778, assim como examinar a moderna literatura produzida em alemão, em *Über die neuere deutsche Literatur* (*Sobre a nova literatura alemã*), de 1767-1768. Significativo é seu Tratado sobre a origem da linguagem, fundador da teoria romântica da origem das línguas.

Para Carpeaux, Herder foi “o fundador da história literária autônoma”:

[ao] apanha[r] os traços característicos das literaturas nacionais, da inglesa, da espanhola, da grega, da hebraica, cria o conceito ‘literatura

nacional' como a expressão mais completa da evolução espiritual de uma nação. Todo o nacionalismo do século XIX se inspirará em Herder, que é até o avô, embora involuntário, do pan-eslavismo e do racismo alemão. Contudo, é um homem do século XVIII: o seu ideal supremo é a Humanidade, e todas aquelas literaturas nacionais lhe aparecem como vozes mal isoladas, consonando na grande sinfonia Literatura Universal: conceito que também se deve a Herder. (CARPE-AUX, 1959, p. 21).

Os Estudos Literários derivam das concepções formuladas por pensadores do século XVIII, como os citados Vico, Baumgarten, Kant, Lessing e Herder. Estrutura-se um campo literário que se caracteriza pela possibilidade de examinar seu objeto com olhar científico e que busca sua especificidade por incorporar o Belo, dar acesso ao sublime, apresentar-se de modo autossuficiente (em decorrência da relação das partes com o todo), diversificar-se em gêneros e espécies distintas, mas igualmente autônomas, e estabelecer uma relação com a história – a da humanidade, a das nações, a dos povos.

Essa linha de trabalho é inteiramente nova, pois, até então, a poesia não tinha sido matéria de uma reflexão, pesquisa ou descrição independente, exceção feita à já mencionada *Poética*, de Aristóteles, que, contudo, examina os gêneros da poesia, em especial a tragédia, desde uma perspectiva normativa. Platão a condiciona aos paradigmas de sua filosofia, e seus sucessores, ao longo dos períodos helenista e romano, conferiram ênfase às propriedades retóricas das Letras.

Estudar obras era até então aprender a imitá-las, aceitar seus princípios criativos, transformá-los em modelos do bem escrever, de que é fruto a gramática normativa e a Retórica, que comparecem fartamente nos manuais publicados desde o século XVI, mas com particular frequência a partir do século XVII até o começo do século XX.

Por outro lado, o reconhecimento do campo autônomo dos Estudos Literários te-ve consequências, até porque acompanhou a consolidação das pesquisas historiográficas e o fortalecimento da Hermenêutica, em crescimento desde o final do século XVIII. Data da segunda metade do século XIX a proposta contida na Introdução às Ciências do Espírito, de Wilhelm Dilthey, que define a *Geisteswissenschaft* (literalmente, ciência do espírito, de modo mais amplo, Ciências Humanas, como atualmente são classificadas) enquanto um “conjunto de ciências cujo objeto é a realidade

histórico-social” (DILTHEY, 1948, p. 27), delimitando-o diante das Ciências Naturais. Dilthey acredita que as “ciências do homem, da história, da sociedade” constituem uma unidade não apenas por seu conteúdo, mas porque “formam a realidade que não queremos dominar, mas, antes de tudo, compreender.” (DILTHEY, 1948, p. 28). Portanto, a aproximação calca-se numa metodologia comum, que a associa à hermenêutica, já que seu ponto de partida epistemológico é a compreensão.

Dilthey reconhece que adota uma denominação insuficiente, porque “uma teoria que propõe descrever e analisar os fatos histórico-sociais não pode passar por alto a totalidade da natureza humana, restringindo-se ao espiritual.” É sabedor também que “a deficiência do termo é própria de todas as demais expressões usadas; ciência da sociedade (Sociologia), ciências da moral, da história, da cultura; todas essas denominações sofrem do mesmo defeito: são demasiados estreitos em relação ao objeto que devem expressar.” (DILTHEY, 1948, p. 29). Mas o intuito compensa as falhas da denominação:

O nome que escolhemos pelo menos tem a vantagem de denominar, de forma apropriada, o núcleo de fatos desde o qual, na realidade, percebeu-se a unidade dessas ciências, esboçou-se seu alcance e realizou-se sua delimitação frente às ciências naturais, por mais imperfeita que seja. (DILTHEY, 1948, p. 29).

Por sua vez, a denominação *Ciências Humanas* mostra-se útil e prática: afiança o estatuto científico das pesquisas em áreas que não compartilham os mesmos princípios e técnicas das Ciências Exatas, como a Física ou a Matemática. E fornece-lhe um modo primeiro de abordar os objetos colocados à sua frente – a *compreensão*, em oposição à explicação, atitude metodológica básica de sua contraparte. É o que faculta a emergência de duas disciplinas novas, que se contrapõem à Retórica e aos manuais de Poética praticados até então, e que se expandem no âmbito universitário: a História da Literatura e a Literatura Comparada, a primeira fundamentada na cronologia e nas divisões nacionais, dentro da qual se alocam escritores e suas obras principais, a segunda, reestabelecendo as pontes entre as nacionalidades, ao cotejar aquelas obras e autores para afirmar suas proximidades e influências.

O empenho em garantir a autonomia das disciplinas pertencentes ao campo da literatura e das artes talvez não tenha sido suficiente para afirmar sua cientificidade. Além disso, o encorpamento da Sociologia e da Psicologia, nas décadas finais do século XIX, matérias aparentemente mais

científicas porque apoiadas em dados e na experiência direta, motivou intelectuais e artistas a adotarem-nas como fundamento empírico de suas produções e investigações. O Naturalismo de Émile Zola ou o Determinismo em que Hippolyte Taine apoiou sua história da literatura inglesa são representativos do impacto do tipo de cientificismo praticado no período, com efeitos no Brasil, de que são exemplos *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e a *História da Literatura Brasileira* (1888), de Silvio Romero.

Os modernismos e experimentalismos das primeiras décadas do século XX romperam este ciclo, ao afirmar que o único compromisso do artista é com a própria criação. Mesmo quando incorpora clichês da tecnologia, como faz o Futurismo proclamado por Filippo Tommaso Marinetti, o princípio que orienta a feitura de uma obra é a inovação, a quebra de expectativas, o autotelismo. De uma parte, a “finalidade sem fim” de Kant; de outra, a noção do artista como uma “máquina de produção”, desobrigado da representação (dos valores universais, da natureza, das características de um povo, do comportamento de indivíduos), como queriam antes românticos e realistas.

É entre os formalistas russos que se encontra a primeira teoria modernista da literatura. Seus expoentes foram os jovens pesquisadores das universidades de Moscou, fundadores do Círculo Linguístico de Moscou, a que se vinculou, entre outros, Roman Jakobson, e de São Petersburgo, onde se destacou Viktor Chklovski, envolvidos, alguns deles, com o Futurismo e Maiakovski. Muitos alcançaram notoriedade longe de sua terra natal, como Roman Jakobson, outros foram descobertos no Ocidente somente após a divulgação dos trabalhos da Escola Semiológica da Tartu, liderada por Iuri Lotman, que colaborou para a circulação das ideias de Viktor Chklovski e de Iuri Tinianov.

O movimento formalista, cujas primeiras manifestações datam de 1914, teve vida breve na Rússia, engolfado pelos efeitos da revolução soviética e pela ideologia estalinista, que expurgou correntes de pensamento e de pesquisa não alinhadas explicitamente com o Marxismo, o que determinou igualmente o sufocamento das obras de Mikhail Bakhtin e seu círculo. Alguns pesquisadores emigraram, encontrando espaço para desenvolver suas investigações fora da União Soviética, como é o caso de Roman Jakobson, que, em Praga, associou-se a estudiosos como Jan Mukarovsky e Felix Vodicka, membros do Círculo Linguístico de Praga e conhecidos pesquisadores do Estruturalismo tcheco. Desse período datam livros importantes para os Estudos Literários, como A obra de arte literária, de Roman Ingarden, cujas principais noções serão difundidas, em universidades norte-americanas, pelo livro Teoria da Literatura, de René Wellek.

As concepções do Estruturalismo tcheco, tal como as ideias do

Formalismo Russo, foram conhecidas no Ocidente nos anos 1960. Suas principais formulações coincidiam com achados nascidos na Linguística de Ferdinand Saussure e desenvolvidas pela Fonologia, de outro formalista, Nikolay Trubetzkoy, e pela teoria gramatical do dinamarquês Louis Hjelmslev, autor dos Prolegômenos a uma teoria da linguagem. O modelo estrutural construído pela Linguística torna-se emblemático para os estudos literários, que, no período, apresentam sua faceta cientificista mais aguda.

O Formalismo e suas mutações na direção do Estruturalismo e da Semiologia (Semiótica, na vertente norte-americana), concretizavam os objetivos de uma Ciência da Literatura, enquanto parte das Ciências Exatas, caracterizada pelos seguintes aspectos:

a) Apoiada na noção de autossuficiência da obra literária, pretendia-se igualmente autônoma, desvinculada, pois, de relações de dependência às demais ciências, tais como a Sociologia, a Antropologia, a História ou Psicologia, como ocorrera no século XIX.

b) A autonomia derivava da adoção de uma metodologia fundada no material originário da criação artística – a linguagem, o que facultava a aproximação com as descobertas da Linguística em voga, quais sejam:

- a oposição entre língua (código, sistema, competência) e fala (parole, desempenho);
- as noções de significante e de significado;
- sua organização em eixos paradigmático e sintagmático, dicotômicos;
- a clivagem entre diacronia ou na sincronia.

c) O cientificismo da Linguística aprofundava a natureza igualmente científica das pesquisas patrocinadas pelos Estudos Literários, que eram, sobretudo, descritivas, e não avaliativas, evitando, pois, a intervenção da subjetividade, pré-conceitos e propósitos dos sujeitos da investigação.

d) Cabe, pois, a esse sujeito da investigação proceder à análise interna de seu objeto, expondo sua composição formal – a morfologia, como a denomina Vladimir Propp, em prestigiado estudo sobre o conto de fadas. Neste caso, privilegia-se uma metodologia descritiva, que aponta para o sistema ou o código de construção das obras, cabendo ao individual reiterar o conjunto.

e) Por sua vez, o particular não ficou esquecido, já que aos Estudos Literários caberia, igualmente, identificar o novo e o inédito: nascido no bojo das teorias modernistas, importa em cada produto artístico a revelação de sua originalidade, resultando do estranhamento, conceito posto em relevo por Victor Chklovski, que provoca no destinatário.

Da hegemonia do Estruturalismo nos anos 1960 emanou a convicção de que os Estudos Literários – logo, a literatura na situação de metadiscorso - poderiam compartilhar o estatuto de ciência que a Linguística alcançara e as Ciências Exatas usufruíam. Sem abandonar, contudo, a perspectiva analítica capaz de apontar o diferencial de cada produto artístico diante de seus pares, de que são exemplo as teses de Mukarovski sobre ruptura da norma e negação enquanto marca da obra literária (MUKAROVSKI, 1977).

Na passagem dos anos 1960 para a década de 1970, contudo, esse Estruturalismo experimentou a fratura de suas certezas, porque, desde seus conceitos básicos, emergiram noções habilitadas a minar os princípios que amparavam o sólido edifício da Linguística, área que embasava teoricamente os Estudos Literários. Resgatadas as ideias de Mikhail Bakhtin, contemporâneo dos formalistas, introduzem-se conceitos até então ausentes do metadiscorso das ciências da linguagem, a saber, os de dialogismo, carnavalização e hibridismo (BAKHTIN, 2008). Derivados de uma noção cara aos formalistas, a de paródia, eles facultam.

- a recusa das dicotomias saussurianas entre língua e fala;
- a reconciliação dos extremos,
- e o resgate das perspectivas sociais e ideológicas dos códigos de comunicação (BAKHTIN, 1979).

Por sua vez, Jacques Lacan injeta a concepção de inconsciente, originária do pensamento de Sigmund Freud, à de significante, extraindo dessa mescla uma teoria da linguagem inusitada e perturbadora. Da sua parte, Michel Foucault questiona a neutralidade dos discursos e das representações, impulsionando, ao lado dos pensadores citados, uma teoria da linguagem incompatível com o crédito na indubitabilidade e infalibilidade da palavra e de seus usuários.

Por decorrência, a ciência, quando exercida pelos Estudos Literários ou pela Literatura enquanto metadiscorso, tende a romper padrões constituídos. Desconfia mesmo do objeto com que lida – já que os textos não mais coincidem com a modalidade escrita, aceitos doravante na forma gráfica, oral e gestual (performática). Em proporção análoga, é capaz de duvidar da entidade produtora de textos, ao questionar noções em curso, como as de sujeito e de obra, de criador e de criatura. O profissional associado aos Estudos Literários chega a enunciar incertezas até sobre si mesmo, já que seguidamente se interroga a propósito de seus próprios limites e interesses.

O ganho parece evidente, a saber, a premissa de que os Estudos Literários gozam da qualidade da inovação, que repousa principalmente sobre sua capacidade de oferecer uma ferramenta fundamental à ciência de que faz

parte – a infindável interrogação lançada sobre os sujeitos e os objetos que constituem seu campo de atuação.

É isso, aliás, o que se espera de projetos de pesquisa – o gesto de jogar luzes inusitadas sobre uma matéria já existente, exemplificado aqui com o procedimento dos historiadores da literatura: revisa-se o passado, para formar novo juízo sobre ele,

- por incorporar outros sujeitos (como procede, por exemplo, a historiografia focada na produção de mulheres ou de etnias ignoradas pela escrita oficial);

- por reverter a concepção sobre épocas históricas transcorridas;

- por recobrar material depositado em arquivos, cujo testemunho permaneceu sufocado pelo tempo.

Por seu turno, mesmo as “luzes novas” podem ser alvo de interrogação, à maneira de uma espiral que dá voltas sobre seu próprio eixo.

Assim, o conhecimento não necessariamente avança – nem a ele se aplica a noção de progresso; também não se substitui um saber por outro. Contudo, acrescentam-se ideias originais, cuja validade decorre não apenas seu ineditismo, mas também por repousarem sobre o exercício incansável da indagação.

A propensão inovadora dos Estudos Literários não pode ser negada, o que configura seu caráter de ciência. Por outro lado, a plena visibilidade do pendor para a inovação dos Estudos Literários enquanto ciência depende igualmente de sua capacidade de transformar-se em tecnologia. Como a ciência produz conhecimento, esse requer aplicação.

Relacionam-se os modos como esses processos se desenvolvem:

- a) Trata-se primeiramente de transformar a habilidade indagadora em uma técnica de trabalho. É o que se pode fazer em termos de ensino da literatura, o campo mais fértil e consolidado de aplicação das teses vigentes no âmbito dos Estudos Literários. Provavelmente também o mais útil e polêmico, pois repercute sobre o comportamento social, na medida em que se postula que a leitura da literatura – e, em especial, a literatura para crianças e jovens – colabora para a formação do sujeito, para o fortalecimento de seu sentimento de pertença a um grupo ou a uma coletividade, para a consolidação de sua cidadania. É o que concretiza o princípio sintetizado por Antônio Cândido – o de “direito à literatura”, difundido em seu célebre ensaio (CANDIDO, 2004).

Nem todos os pesquisadores dos Estudos Literários sentem-se vocacionados para a discutir questões atinentes ao ensino da literatura. Mas, de algum modo, suas ações levam-nos a concepções pedagógicas que não podem ser ignoradas. Se nem todos precisam necessariamente elaborar projetos específicos a respeito desse tema e daquele propósito, podem ao

menos elaborar hipóteses intelectuais sobre os efeitos de sua atividade enquanto estudiosos das Letras sobre os sujeitos sobre os quais recai seu modo de fazer ciência – é o caso aqui dos desdobramentos da Estética da Recepção e do Efeito sobre as pesquisas relativas à História da Literatura no ensino superior ou à Literatura para Crianças e Jovens no ensino básico.

b) Quando os Estudos Literários se traduzem em um modo de aplicação, eles podem se transformar em técnica, invertendo um processo a que se está habituado, a saber, a adoção de tecnologias para o exercício da pesquisa. Assim, não se trata tão-somente de apelar a recursos da informática – editores de texto, planilhas, bancos de dados, programas de tratamento de imagem ou incursão em redes sociais – quando se executam atividades didáticas ou científicas. É certo que o aproveitamento dessas ferramentas colabora para a modernização do exercício intelectual em uma época em que se tornou muito difícil e pouco provável levar à frente até a rotina doméstica sem contar com browsers habilitados à consulta de sites, estar filiado a redes de relacionamento ou trocar informações e notícias por meio de plataformas digitais.

Trata-se, com efeito, de outro tipo de relação entre os Estudos Literários e a tecnologia: é quando essa contribui para produzir materiais e facultar a intervenção no sistema literário. Expressão dessa nova situação é o aparecimento de gêneros literários até poucos anos inexistentes, provavelmente sequer cogitados, a exemplo dos textos divulgados em blogues e criações artísticas, como é o Hipertexto e a Literatura Digital, gêneros desconhecidos até a expansão das tecnologias de informação.

c) Quando obras literárias são digitalizadas e difundidas via bibliotecas digitais, apresenta-se um ângulo inteiramente novo para refletir, de uma parte, sobre a natureza do sistema literário, de outro, sobre a materialidade da literatura. Por consequência de sites como Domínio Público, Biblioteca Brasileira, Biblioteca Nacional Digital (BN Digital), entre outros, o sistema literário altera-se substantivamente, podendo listar-se entre seus efeitos: alcançam-se novos patamares de socialização de obra, incluem-se instâncias que conferem indeterminação à audiência, aproximam-se leitores espacialmente bastante separados, rompem-se as limitações da nacionalidade que, há algum tempo, mediavam o modo como se qualificavam as literaturas.

Pode-se cogitar que bibliotecas digitais – ferramenta facultada pela união amistosa entre os Estudos Literários e as tecnologias emanadas da era da informática – fizeram mais pela implosão da estreita cartografia da história literária de cunho romântico e positivista que muitas das especulações procedentes do âmbito teórico de nossa ciência. Logo, pode-se concluir que a área de conhecimento em que militamos tem a ganhar com a inserção da tecnologia em seu campo de ação, e inovadora será tanto a ação

aplicada – a construção, difusão e socialização das bibliotecas digitais públicas – quanto a perspectiva teórica, pois cabe transformar aquela prática em reflexão.

d) A organização de espólios e acervos literários, fruto das possibilidades relacionadas às tecnologias de armazenamento de bancos de dados digitais, é também modo fundamental de exercício da natureza científica dos Estudos Literários.

Com efeito, pesquisas com fontes primárias expandiram-se nas últimas décadas, ampliando enormemente o que podemos chamar de “museu da literatura”, espaço virtual que permite a reintrodução de obras formativas no horizonte do conhecimento da literatura, bem como a ruptura com a noção aurática de obra literária, acabada e inatingível.

As discussões contemporâneas sobre a natureza e o destino do impresso, correlatas da expansão das bibliotecas digitais e dos livros eletrônicos, por sua vez, importaram para os Estudos Literários a necessidade de um posicionamento quanto a esses produtos – não apenas os que se apresentam como novidade, mas também sobre sua história e, principalmente, sobre as relações entre o campo literário e os objetos com que ele lida, promove, difunde e valoriza. Nenhum pesquisador, nos dias de hoje, trabalha unicamente com o impresso, nem apenas com a obra final e canônica, porque cada objeto literário carrega consigo uma história de criação e de produção, circulação e consumo, que não pode ser descartada e pode ser recuperada pelo pesquisador (CHARTIER, 1994; McKENZIE, 2018). Além disso, os registros escritos perderam a hegemonia que até então detinham no meio acadêmico, percebendo-se circundados pelas investigações relativas à oralidade e às demais manifestações de linguagem, verbais e não verbais, muitas vezes derivadas de um texto literário (adaptações etc.), quando esse não é resultado daquelas.

As inovações tecnológicas incidem em novas possibilidades de atividades investigativas, a serem respondidas pelo campo literário. Que, por suas características, traz consigo a matriz de Janus, o deus romano capaz de simultaneamente olhar o passado – a história – e o futuro, corporificado esse pela admissão de técnicas e metodologias inovadoras capacitadas a alavancar o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. Porto Alegre: Globo, 1966.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARTHES, Roland. *Investigaciones retóricas I. La antigua retórica. Ayudamemoria*. Trad. Beatriz Dorriots. Buenos Ayres, Tiempo Contemporaneo, 1974.

BASTOS, Fernando. *Panorama das idéias estéticas no Ocidente*. (De Platão a Kant). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 2004.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1959. V. I.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary del Priori. Brasília: Editora da Universidade Nacional de Brasília, 1994.

DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Ensayo de fundamentar el estudio de la sociedad y de la historia. Trad. Ilse Teresa M. de Brugger. Buenos Ayres: Espasa-Calpe, 1948.

FIKER, Raul. *Vico, o precursor*. São Paulo: Moderna, 1994.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e Antônio Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

McKENZIE, Donald. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Trad. Fernanda Verissimo. São Paulo: Edusp, 2018.

MUKAROVSKI, Jan. *Escritos de Estética y Semiótica del Arte*. Trad. Anna Anthony-Visova. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.

WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação história do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

WIEGMANN, Hermann. *Geschichte der Poetik*. Ein Abriss. Stuttgart: J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1977.

Data de recebimento: 10 abr. 2024

Data de aprovação: 10 ago. 2024